

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados Acionistas,

Conforme edital de convocação e manual para participação na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") divulgados nesta data, os acionistas da IOCHPE-MAXION S.A. ("Companhia") são convocados para se reunirem em Assembleia a ser realizada no dia **16 de abril de 2026, às 14:00 horas**, na sede da Companhia, localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) eleger substituto para completar o mandato de membro titular do Conselho de Administração, em razão de vacância do cargo; e (iv) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026.

Assim, apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia ("Proposta"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/22, contendo os documentos e informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia.

Cruzeiro, 13 de março de 2026.

DAN IOSCHPE
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

I -	TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	3
II -	DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.....	4
III -	ELEGER SUBSTITUTO PARA COMPLETAR O MANDATO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM RAZÃO DE VACÂNCIA DO CARGO	5
IV -	FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026	6
	ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	9
	ANEXO II – INFORMAÇÕES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22.....	46
	ANEXO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	52
	ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	57

I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do último exercício, bem como as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 acompanhadas de suas notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores desde o dia 25 de fevereiro de 2026, bem como foram publicados no jornal “Valor Econômico”, na sua edição impressa e na página do referido jornal na rede mundial de computadores (<https://valor.globo.com/>), em 26 de fevereiro de 2026.

Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, nos termos do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22.

Também se encontra disponível nas páginas da Companhia, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, desde o dia 25 de fevereiro de 2026, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em atenção ao disposto no inciso III do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo I](#) da presente Proposta nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 2 do Formulário de Referência.

Assim, propomos que sejam aprovados pela Assembleia o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do exercício findo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 98.383 mil, o qual somado à realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do referido exercício, no valor de R\$ 2.209 mil, resultou no valor de lucro ajustado de R\$ 100.592 mil. Assim, conforme indicado no relatório da administração e nas demonstrações financeiras da Companhia divulgados em 25 de fevereiro de 2026, propomos que seja aprovada pela Assembleia a seguinte destinação do lucro líquido:

- (a) R\$ 5.030 mil destinados à reserva legal (5%);
- (b) R\$ 58.343 mil destinados à reserva estatutária de investimentos e capital de giro (58%); e
- (c) R\$ 37.219 mil destinados ao dividendo obrigatório (37%), o qual já foi integralmente distribuído aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2025, tomados pelo seu valor líquido de IRRF, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia.

O valor bruto dos JCP declarados na referida reunião foi de R\$ 46.000 mil, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,3071381 por ação, os quais sofreram retenção do imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente. A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus ao recebimento dos referidos JCP é 03 de outubro de 2025, tendo as ações de emissão da Companhia passado a serem negociadas na condição de "ex" provento a partir de 06 de outubro de 2025, inclusive.

O pagamento dos JCP mencionados acima será realizado em 02 de abril de 2026, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2026.

O montante remanescente dos referidos JCP declarados pelo Conselho de Administração em 2025, que excedeu o valor imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2025, foi apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo II](#) da presente Proposta as informações indicadas no Anexo A da referida resolução.

III - ELEGER SUBSTITUTO PARA COMPLETAR O MANDATO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM RAZÃO DE VACÂNCIA DO CARGO

A Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia realizada em 16 de abril de 2025 elegeu, por votação majoritária, os membros do Conselho de Administração para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, o qual findará na assembleia geral ordinária a realizar-se em 2027.

No curso do referido mandato, em face do recebimento da renúncia do então conselheiro titular Sr. Gustavo Berg loschpe e da sua suplente, Sra. Debora Berg loschpe, os Conselheiros remanescentes, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2025, nomearam, nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/76 e do Parágrafo Único do Artigo 22 do estatuto social da Companhia, o Sr. Salomão loschpe para ocupar o cargo vago como membro titular do Conselho de Administração até a primeira assembleia geral que ocorresse após a sua nomeação.

Em vista disso, propomos à Assembleia a eleição do Sr. Salomão loschpe como substituto para completar o mandato atual do Conselho de Administração, portanto, encerrando-se seu mandato na assembleia geral ordinária a realizar-se em 2027, juntamente com o mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia.

Observa-se que o Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Nomeação e Remuneração, avaliou a indicação do Sr. Salomão loschpe, confirmando que o seu perfil está aderente aos critérios previstos na lei, na regulamentação aplicável, assim como na Política de Indicação e no regimento interno do Conselho de Administração da Companhia, tal como manifestado na ata de reunião do referido órgão realizada em 25 de fevereiro de 2026 (disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores).

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso I do artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativas ao candidato a membro do Conselho de Administração acima indicado, constam do [Anexo III](#) da presente Proposta.

Por fim, destaca-se que o processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração não é aplicável ao caso, conforme entendimento do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2016/4098.

IV - FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Propomos que a remuneração global dos administradores da Companhia, ou seja, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (diretores estatutários), para o exercício de 2026 seja fixada no valor de até R\$ 45,0 milhões, a ser distribuído pelo Conselho de Administração nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 17 e da alínea (e) do Artigo 24 do estatuto social da Companhia.

O montante global anual acima proposto resulta da soma dos seguintes elementos que compõem a remuneração total dos administradores da Companhia prevista para o exercício social de 2026, segregada entre os seus componentes fixos e variáveis e apresentada por órgão:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2026) – Valores Anuais ¹			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva (Estatutária)	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	13,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	13,00
Remuneração fixa anual, segregada em:			
Salário ou pró-labore	6.068.734,92	12.831.733,91	18.900.468,83
Benefícios diretos e indiretos	623.454,00	4.933.776,52	5.557.230,52
Remuneração por participações em comitês	1.324.087,62	-	1.324.087,62
Outros	-	1.884.878,05	1.884.878,05
Descrição de outras remunerações fixas	-	Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Presidente nos termos do item 8.20 do Formulário de Referência	-
Remuneração variável, segregada em:			
Bônus	-	13.538.217,07	13.538.217,07
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	241.694,01	241.694,01
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	3.553.423,90	3.553.423,90
Total da remuneração	8.016.276,54	36.983.723,46	45.000.000,00

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

Informa-se que o valor máximo da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2025 foi de R\$ 43,0 milhões e que o valor da remuneração efetivamente realizado no referido exercício social foi de R\$ 28,4 milhões. O montante reconhecido em 2025 foi inferior ao valor máximo aprovado para tal exercício social principalmente devido ao fato de não terem sido atingidas as metas estabelecidas para o pagamento de remuneração variável de curto prazo relativa ao referido ano.

O acréscimo ora proposto no valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 em relação ao montante proposto para o exercício anterior justifica-se pelos fatores aqui expostos:

- (i) A remuneração do Diretor Presidente da Companhia é fixada em moeda estrangeira (euro) e tem por base práticas internacionais de mercado, compatíveis com sua localidade de domicílio, tendo sido considerado, para fins de cálculo da verba proposta, a taxa de câmbio de R\$ 6,44 por euro;
- (ii) Reconhecimento no resultado da Companhia do valor potencial acumulado dos prêmios em dinheiro, denominados *Restricted Stock Unit* ("RSU") e *Performance Share* ("PS"), outorgados aos diretores estatutários, observados os períodos de *vesting* de dois a quatro anos, prêmios estes referenciados na valorização das ações de emissão da Companhia e, no caso das PSs, sujeito ainda ao atingimento de metas baseadas no retorno sobre capital investido na Companhia ("ROIC"), nos termos previstos no Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, detalhado no item 8.4 do [Anexo IV](#) desta Proposta. Para fins de cálculo desse componente da verba proposta, considerou-se o valor de R\$ 10,09 por cada RSU e PS; e
- (iii) Revisão anual da remuneração com base em pesquisa de mercado e/ou aplicação do índice de inflação (IPC-A) no período, conforme o caso, tal como previsto na Política de Remuneração da Administração da Companhia (disponível nas páginas da Companhia e da CVM na rede mundial de computadores) e detalhado no item 8.1 do [Anexo IV](#) desta Proposta.

O montante global anual ora proposto representa a melhor estimativa, no momento da elaboração desta Proposta, da verba máxima que poderá ser incorrida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no exercício em questão (incluindo eventual parcela variável e benefícios de qualquer natureza). Observa-se que, ainda que a verba global proposta tenha sido calculada com base em critérios e premissas razoáveis adotados pela administração da Companhia, o montante global a ser efetivamente realizado está sujeito a variações decorrentes de circunstâncias imprevisíveis ou ainda não definitivas na data de sua fixação, tais como a variação cambial, no caso de remuneração pactuada em moeda estrangeira, e a valorização (ou desvalorização) da cotação das ações de emissão da Companhia, no caso de remuneração baseada em ações.

Para fins de esclarecimento e melhor entendimento do acima exposto, cumpre salientar que (i) os valores supramencionados são todos aplicáveis para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, e não para o período entre as assembleias gerais ordinárias, e (ii) os montantes globais acima indicados, seja das verbas propostas ou da remuneração efetivamente realizada, não englobam os encargos sociais de ônus da Companhia.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Esclarecemos que o valor proposto acima não contempla eventual remuneração de membros do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do artigo 13 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo IV](#) da presente Proposta as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO I – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

2.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente global caracterizado por elevada volatilidade e menor demanda, especialmente no segmento de veículos comerciais, o que afetou o ritmo de vendas e a recuperação dos volumes.

Diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria S&P Global, apresentou um aumento de 0,7% em 2025. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria Global Data, apresentou uma redução de 7,1% em 2025.

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 0,2% em 2025, atingindo R\$ 15.366,5 milhões. O EBITDA foi de R\$ 1.493,4 milhões, uma redução de 2,0%. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 98,3 milhões em 2025.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,65x em 2025, comparado com 2,39x em 2024.

O endividamento líquido em 2025 aumentou em 8,8% em relação a 2024 (ou R\$ 321,2 milhões). A posição de caixa ao final de 2025 foi de R\$ 1.599,7 milhões comparada com R\$ 2.463,4 milhões ao final de 2024. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito não sacadas de R\$ 760,0 milhões.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2025	2024
Ativo Circulante	6.217.917	7.390.947
Passivo Circulante	3.498.964	4.306.159
Liquidez Corrente	1,78	1,72

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora do índice de liquidez está principalmente relacionada à redução do passivo circulante, reflexo dos esforços de alongamento de prazo de dívidas em 2025, por meio de novas emissões.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2025	2024
Ativo Circulante	6.217.917	7.390.947
(-) Estoques	2.465.712	2.458.784
Ativo Circulante – Estoques	3.752.205	4.932.163
Passivo Circulante	3.498.964	4.306.159
Liquidez Seca	1,07	1,15

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

O índice de liquidez seca em 2025 apresentou uma redução em comparação a 2024. Essa redução é explicada principalmente pela redução do ativo circulante mantendo o volume de estoque no final do exercício.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.599.733	2.463.475
Passivo Circulante	3.498.964	4.306.159
Liquidez Imediata	0,45	0,57

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. A redução do índice observada em 2025 deve-se à diminuição da posição de caixa, que foi maior do que a redução do passivo circulante.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2025	2024
Passivo Circulante	3.498.964	4.306.159
Passivo Não Circulante	6.041.771	6.584.230
Total do Passivo	9.540.735	10.890.389
Patrimônio Líquido	4.851.749	5.070.982
Participação de Capital de Terceiros	1,96	2,15
Participação de Capital de Terceiros (%)	66,3%	68,2%
Participação de Capital Próprio (%)	33,7%	31,8%

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

Ressaltamos que a variação constatada no patrimônio líquido no último ano está relacionada à variação cambial dos investimentos no exterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, foi possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.599,7 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 5.631,5 milhões, estando R\$ 356,2 milhões (6,3%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.275,3 milhões (93,7%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 6,04 vezes ao final de 2025, uma melhora de 1,13 vezes em relação ao índice final de 2024. A melhora desse índice ocorreu pela redução do saldo de empréstimos no curto prazo devido ao reperfilamento e amortização de empréstimos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 “f” abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade imediata de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que tem disponíveis, seja dos bancos comerciais como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2025	2024
Total do Passivo Circulante	3.498.964	4.306.159
Total do Passivo Não Circulante	6.041.771	6.584.230
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	9.540.735	10.890.389

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre circulante e não circulante, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais):

	Moeda	Taxa média de juros	Última data de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional					
FINAME	R\$	Selic +3.04% a.a	Maio de 2028	-	291.753
FINEP	R\$	TR +2.3% a.a	Fevereiro de 2041	65.762	-
Nota de Crédito à Exportação – NCE	R\$	CDI +0.9% a.a	Agosto de 2026	50.888	103.274
Operações com Forfait	R\$	11.43% a.a	Janeiro de 2025	-	118.024
Total de empréstimos e financiamentos - Moeda nacional				116.650	513.051
Moeda estrangeira					
Cédula de Crédito Bancário - EXIM	US\$	5.46% a.a	Junho de 2029	594.014	668.288
Empréstimo de longo prazo	Rupia	1y MCLR +0.4% a.a	Janeiro de 2026	216	4.053
Empréstimo de longo prazo	Rupia	3m T Bill +0.4% a.a	Fevereiro de 2025	-	181
Empréstimo de longo prazo	Rupia	1m MCLR +0.4% a.a	Fevereiro de 2029	13.585	24.444
Empréstimo de longo prazo	Rupia	3m T Bill +0.6% a.a	Março de 2028	27.553	47.034
Sustainability-linked Notes Units	US\$	5% a.a	Maio de 2028	329.462	369.270
Sustainability-linked Notes Units	Euro	3.5% a.a	Maio de 2028	1.867.065	2.093.666
Capital de giro	US\$	SOFR 3m +1.78% a.a	Agosto de 2027	204.572	232.008
Operações com Forfait	US\$	6.73% a.a	Fevereiro de 2026	35.897	-
Capital de giro	Euro	0% a.a	Janeiro de 2027	1.465	13.525
Capital de giro	Euro	Euribor 3m +2.1% a.a	Junho de 2027	-	83.747
Capital de giro	Rupia	8.2% a.a	Janeiro de 2026	28.780	28.316
Capital de giro	Rupia	7.9% a.a	Maio de 2026	15.308	35.988
Capital de giro	Rupia	1m MCLR +0% a.a	Outubro de 2025	-	23.988
Capital de giro	Baht	3% a.a	Março de 2026	15.721	-
Total de empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira				3.133.638	3.624.508
Total de empréstimos e financiamentos				3.250.288	4.137.559
Debêntures					
Debêntures simples da 12ª emissão - série única	R\$	CDI +2% a.a	Setembro de 2028	-	718.031
Debêntures simples da 13ª emissão - série única	R\$	CDI +1.6% a.a	Abril de 2030	775.780	768.276
Debêntures simples da 14ª emissão - série única	R\$	CDI +1.35% a.a	Outubro de 2028	772.962	764.893
Debêntures simples da 15ª emissão - série única	R\$	CDI +1.55% a.a	Fevereiro de 2030	530.520	-
Debêntures simples da 16ª emissão - série única	R\$	CDI +1.45% a.a	Junho de 2030	301.996	-
Total de debêntures				2.381.258	2.251.200
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				5.631.546	6.388.759
Passivo circulante				368.027	626.440
Custos a amortizar				(11.831)	(11.731)
Total				356.196	614.709
Passivo não circulante				5.295.883	5.803.625
Custos a amortizar				(20.533)	(29.575)
Total				5.275.350	5.774.050

Notes Units – US\$ e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“*Sustainability-Linked Notes Units*”), no montante de principal agregado de US\$ 400,0 milhões, sendo US\$ 340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH e US\$ 60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V. As *Notes Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária Iochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap (swap)*, usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a. para 3,49% a.a.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures emitidas pela Companhia eram: (i) décima terceira emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; (ii) décima quarta emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; (iii) décima quinta emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iv) décima sexta emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. A seguir, os detalhes:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão ¹	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/25 ¹
13ª emissão	Simple	750.000	02/04/2024	02/04/2030	100% CDI + 1,60% a.a.	750.000
14ª emissão	Simple	750.000	10/10/2024	10/10/2028	100% CDI + 1,35% a.a.	750.000
15ª emissão	Simple	500.000	05/02/2025	05/02/2030	100% CDI + 1,55% a.a.	500.000
16ª emissão	Simple	300.000	04/06/2025	04/06/2030	100% CDI + 1,45% a.a.	300.000

⁽¹⁾ Valores em milhares de reais

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2025, a Companhia liquidou R\$ 50,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo destes empréstimos era de R\$ 50,9 milhões.

Operações com *Forfait* – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuíam prazo de vencimento para janeiro de 2025. No vencimento, estas operações foram liquidadas.

Capital de Giro – Euro

Refere-se ao saldo remanescente de empréstimo captado em julho de 2011 pela controlada indireta Maxion Wheels España S.L., com vencimento final em janeiro de 2027.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Esses contratos de financiamento somam US\$ 37,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. e a Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., nos montantes de US\$ 17,0 milhões e US\$ 20,0 milhões respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo destes empréstimos era de R\$ 204,6 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Operações com *Forfait* – Dólar

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para fevereiro de 2026.

Empréstimo de Longo Prazo – INR

A controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimos de longo prazo em rúpia destinados ao financiamento da planta de rodas de alumínio na Índia, iniciada em 2018. Estes contratos somam INR 225 milhões. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13,8 milhões.

Em complemento a este financiamento, entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL (“3 Month Treasury Bill Rate”) + 0,60% a.a. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 27,7 milhões.

Capital de Giro – INR

As controladas indiretas Kalyani Maxion Wheels Private Limited e Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. possuem contratos de empréstimos para necessidade de capital de giro. Estes contratos somam INR 720 milhões, equivalentes a R\$ 44,1 milhões em 31 de dezembro de 2025.

FINEP - Mais Inovação

Em janeiro de 2025, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) para financiar gastos incorridos na elaboração e execução do seu plano estratégico de inovação aprovado pela FINEP, no valor de R\$ 357,3 milhões, que abrange a busca de novos materiais, processos especiais aplicados a eletrificação, reciclagem e transformação digital. Os recursos serão disponibilizados ao longo de até 48 meses, período que corresponde ao prazo de execução dos projetos e de carência para o início da amortização do financiamento. O contrato prevê 145 parcelas de amortização, com juros remuneratórios equivalente à Taxa Referencial de 2,3% a.a.

Em abril de 2025, a FINEP realizou a primeira liberação de recursos, no valor de R\$ 66,7 milhões.

EXIM BNDES – Dólar

Em dezembro de 2023 e junho de 2024, a Companhia emitiu cédulas de crédito bancário (CCB), ambas com garantia real, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos valores de R\$ 396,6 milhões (equivalentes a US\$ 80 milhões) e R\$ 150,0 milhões (equivalentes a US\$ 27,8 milhões), com vencimentos em dezembro de 2028 e junho de 2029, respectivamente, tendo ambas as operações sido integralmente sacadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total desses empréstimos era de R\$ 594,0 milhões.

Capital de Giro – Baht

A controlada Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. possui contratos de empréstimos de capital de giro. Estes contratos somam THB 90,4 milhões, equivalentes a R\$ 15,72 milhões em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, em relação ao último exercício social, a Companhia celebrou, em setembro de 2025, contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 36,7 milhões, no âmbito do Programa BNDES Mais Inovação, com prazo de 8 anos, cujo custo é atrelado à TR e ao IPCA, conforme os subcréditos contratados. Os recursos destinam-se ao apoio à transformação digital das linhas de produção da Companhia, incluindo a automação, digitalização e integração de processos industriais. Em 31 de dezembro de 2025, não havia valores sacados dessa linha.

Além do disposto acima, a Companhia possui operações contratadas em exercícios anteriores, conforme descrito no item 2.1 “g” abaixo.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante o BNDES em 2023 e 2024, mencionados no item 2.1 “f(i)” acima. Observa-se que além dos referidos contratos celebrados perante o BNDES, o contrato celebrado perante a FINAME em 2024, mencionado no item 2.1 “g” abaixo também conta com garantia real.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão),

ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o índice financeiro resultante da divisão do endividamento líquido na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes. A respectiva escritura de emissão encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

O empréstimo de longo prazo perante a FINAME contratado em 2024 e os empréstimos de longo prazo perante o BNDES contratados em 2023 e 2024 também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo não circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BNDES (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo; (iv) restrição a realização de fusão, cisão ou incorporação, inclusive incorporação de ações (na qualidade de incorporadora ou incorporada, exceto no caso de a Companhia incorporar suas controladas), outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que implique em alteração do controle, direto ou indireto; e (v) em relação ao contrato com a FINAME contratado em 2024, restrição à alteração no controle, direto ou indireto da Companhia, sem a prévia anuência da FINAME. O índice financeiro apurado em 31 de dezembro de 2025, calculado nos termos dos referidos contratos, foi de 2,50 vezes.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre o endividamento líquido ajustado (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual a 3,50 vezes.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a: limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes ao término do exercício social de 2025 (assim entendidos aqueles que individualmente representam mais de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 4 instrumentos de debêntures, totalizando R\$ 2.381,3 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025; e
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$ 2.196,5 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025.

A relação acima representa aproximadamente 81,3% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2025. Tais instrumentos possuem cláusulas restritivas conforme mencionado anteriormente.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, as linhas de crédito rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), contratadas entre maio e junho de 2024, no valor de R\$ 550 milhões, com vencimento em três anos, e a linha de crédito no montante de principal de R\$ 210,0 milhões, contratada em agosto de 2024, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, estavam 100% disponíveis para saque.

Em relação ao contrato de financiamento com a FINEP contratado em janeiro de 2025, 19% do seu montante total foi utilizado, sendo que o prazo de disponibilidade para utilização dos recursos é de 48 meses contados de sua assinatura. O contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 36,7 milhões, no âmbito do Programa BNDES Mais Inovação, não possuía montante utilizado. Observa-se que ambos os referidos contratos de financiamento dependem do calendário de execução dos projetos.

Além disso, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH conta com as seguintes linhas de crédito, as quais estavam 100% disponíveis para saque no final do exercício de 2025: (i) uma linha de crédito compromissada de € 25,0 milhões; e (ii) uma linha de crédito não compromissada no valor de € 19,0 milhões. Tais linhas de crédito contam com garantia fidejussória da Companhia.

Quanto aos demais financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2025, estes encontravam-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Consolidado				
	2025	Análise vertical	2024	Análise vertical	Variação 2025/2024
Receita Líquida de Vendas	15.366.537	100,0%	15.331.813	100,0%	0,2%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(13.515.765)	-88,0%	(13.510.380)	-88,1%	0,0%
Lucro Bruto	1.850.772	12,0%	1.821.433	11,9%	1,6%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(81.429)	-0,5%	(76.150)	-0,5%	6,9%
Gerais e administrativas	(793.373)	-5,2%	(698.533)	-4,6%	13,6%
Honorários da administração	(30.165)	-0,2%	(23.852)	-0,2%	26,5%
Resultado de equivalência patrimonial	50.719	0,3%	22.269	0,1%	127,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	(54.610)	-0,4%	(24.131)	-0,2%	126,3%
Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	941.914	6,1%	1.021.036	6,7%	-7,7%
Receitas financeiras	135.659	0,9%	220.456	1,4%	-38,5%
Despesas financeiras	(660.432)	-4,3%	(641.289)	-4,2%	3,0%
Variação cambial, líquida	(53.503)	-0,3%	(14.740)	-0,1%	263,0%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	363.638	2,4%	585.463	3,8%	-37,9%

Imposto de Renda e Contribuição Social

Correntes	(170.172)	-1,1%	(202.379)	-1,3%	-15,9%
Diferidos	23.668	0,2%	(3.000)	0,0%	-888,9%
Lucro Líquido do Exercício	217.134	1,4%	380.084	2,5%	-42,9%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	98.383	0,6%	264.719	1,7%	-62,8%
Acionistas não controladores	118.751	0,8%	115.365	0,8%	2,9%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 15.366,5 milhões em 2025, um aumento de 0,2% em relação a 2024. O aumento da receita foi impulsionado principalmente pelo crescimento dos volumes na Europa, demonstrando aumentos significativos em veículos leves e comerciais. Por outro lado, a América do Norte e o Brasil apresentaram quedas relevantes de volumes em veículos comerciais, impactados pela menor demanda da categoria, que refletiu negativamente na receita líquida dessas regiões, neutralizando o aumento reportado pela Europa. Adicionalmente, a variação cambial gerou um impacto positivo de R\$ 635,7 milhões em 2025.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 13.515,7 milhões em 2025, mantendo-se estável em relação a 2024.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$ 1.850,7 milhões em 2025, um crescimento de 1,6% comparado a 2024, impactado por iniciativas de reprecificação, um *mix* mais favorável, ganhos de eficiência operacional e a estabilização do custo dos produtos vendidos.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

O resultado negativo apresentou deterioração de R\$ 24,1 milhões em 2024 para R\$ 54,6 milhões em 2025. Os principais itens não recorrentes desta linha correspondem a despesas de reestruturação, que totalizaram R\$ 51,1 milhões em 2025, ante R\$ 20,2 milhões em 2024. As reestruturações registradas decorreram, principalmente, da redução da demanda observada na América do Norte, bem como da retração do mercado de veículos comerciais no Brasil. Essas medidas têm como objetivo adequar a

estrutura operacional ao nível atual de demanda nessas regiões, garantindo maior eficiência e alinhamento da capacidade produtiva às condições de mercado.

Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 578,2 milhões, representando uma deterioração de 32,8% em comparação com 2024. Essa variação decorre, principalmente, do aumento das taxas de juros no período, que gerou acréscimo de R\$ 81,4 milhões em 2025 em relação a 2024. Adicionalmente, a receita financeira foi menor, reflexo da redução do volume médio de caixa disponível.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foi um lucro de R\$ 217,1 milhões (sendo R\$ 98,3 milhões atribuíveis aos acionistas controladores e R\$ 118,8 milhões, aos acionistas não controladores), uma redução de 42,9% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$ 380,1 milhões (sendo R\$ 264,7 milhões atribuíveis aos acionistas controladores e R\$ 115,4 milhões, aos acionistas não controladores) em 2024.

A redução do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores deve-se principalmente ao aumento de despesas financeiras e das taxas de juros no período e à receita financeira menor, reflexo da redução do volume médio de caixa disponível. Além disso, a linha foi impactada pelo item não recorrente de reestruturação, mencionado em outras receitas (despesas) operacionais.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Consolidado		
	2025	2024	Var.
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	217.134	380.084	-42,9%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	551.539	503.035	9,6%
Imposto de renda e contribuição social	146.504	205.379	-28,7%

Custo residual de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso baixados	10.417	28.387	-63,3%
Resultado de equivalência patrimonial	(50.719)	(22.269)	127,8%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões e atualizações	3.888	(5.094)	-176,3%
Atualização de depósitos judiciais	(5.204)	(4.563)	14,0%
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	551.902	551.550	0,1%
Juros sobre passivo de arrendamento	14.050	8.550	64,3%
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	(3.413)	(4.129)	-17,3%
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	(2.301)	(3.913)	-41,2%
Despesa financeira (líquida) dos planos de pensão e benefícios pós-emprego	24.169	22.791	6,0%
Perda (ganho) na venda de imobilizado	1.062	2.996	-64,6%
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(5.461)	(10.888)	-49,8%
Perda na valorização da opção de compra de participação acionária	-	18.750	-100,0%
Valor justo sobre instrumento financeiro	-	(2.717)	-100,0%
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	55.153	113.649	-51,5%
Estoques	(114.095)	244.409	-146,7%
Outros créditos e demais contas	207.342	105.583	96,4%
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	(120.490)	876.885	-113,7%
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(11.834)	(9.495)	24,6%
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(23.547)	(11.856)	98,6%
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	(109.350)	47.150	-331,9%

Outras obrigações e demais contas	(288.928)	(233.418)	23,8%
	1.047.818	2.800.856	-62,6%
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(314.806)	(354.534)	-11,2%
Pagamento de juros sobre debêntures	(309.100)	(190.499)	62,3%
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(13.550)	(8.214)	65,0%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(84.248)	(50.612)	66,5%
	(721.704)	(603.859)	19,5%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	326.114	2.196.997	-85,2%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em coligadas	-	(21.546)	-100,0%
Aumento de capital em negócios em conjunto	(5.530)	-	-
Dividendos recebidos de coligadas e controladas em conjunto	27.715	(10.489)	-364,2%
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(508.565)	(588.662)	-13,6%
Aquisição de ativos intangíveis	(1.109)	(2.242)	-50,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(487.489)	(622.939)	-21,7%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de Debêntures	800.000	1.500.000	-46,7%
Captações de empréstimos e financiamentos	478.698	695.308	-31,2%
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(785.663)	(2.444.384)	-67,9%
Amortização de debêntures - principal	(700.000)	(750.000)	-6,7%
Amortização passivo de arrendamento - principal	(53.335)	(33.388)	59,7%
Amortização (Forfait)	(179.476)	(1.131.876)	-84,1%
Custo de transação	(5.479)	(8.885)	-38,3%

Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(94.456)	(13.135)	619,1%
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(107.941)	(83.154)	29,8%
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-	(6.814)	-100,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(647.652)	(2.276.328)	-71,5%
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(809.027)	(702.270)	15,2%
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior	(54.715)	203.379	-126,9%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.463.475	2.962.366	-16,8%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.599.733	2.463.475	-35,1%
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(863.742)	(498.891)	73,1%

Fluxo de Caixa Operacional

Os principais fatores referentes à queda do fluxo de caixa operacional foram (i) a normalização do capital de giro, em especial pela redução das operações de *forfait* e *factoring*, e (ii) maiores pagamentos de juros em função do ambiente de taxas de juros mais elevadas em relação aos anos anteriores, enquanto o desempenho operacional e a geração de EBITDA permaneceram relativamente estáveis.

- **Contas a receber de clientes**

O aumento de caixa referente à movimentação do contas a receber, no montante de R\$ 55,1 milhões ao comparado com o mesmo período do ano anterior, é principalmente explicado pela diminuição no prazo médio de recebimento.

- **Estoques**

O aumento dos estoques no exercício findo em 2025, no montante de R\$ 114,1 milhões, é principalmente explicado pelo aumento do custo da matéria-prima quando comparado com o mesmo período anterior.

- **Fornecedores**

A saída de caixa referente à movimentação de fornecedores no exercício social findo em 2025 foi de R\$ 120,4 milhões, decorrente da diminuição da operação de *forfait*, impactando, portanto, o prazo médio de pagamento a fornecedores.

- **Pagamentos de juros**

O pagamento de juros de R\$ 637,5 milhões no exercício social findo em 2025 representou um aumento de 15,2% em relação ao valor de R\$ 553,2 milhões registrado no exercício social findo em 2024. Esse aumento está relacionado principalmente ao pré-pagamento da linha contratada perante a FINAME em 2021, que antecipou para 2025 o pagamento da correção do valor principal originalmente devido para os anos de 2026, 2027 e 2028, cujos encargos vinham sendo apropriados entre 2021 e 2025. Adicionalmente, o aumento do CDI em 3,5 p.p. elevou o pagamento de juros em 2025 comparado com 2024. Por outro lado, a reestruturação das dívidas realizada em 2024 e ao longo de 2025 mitigou os efeitos acima mencionados.

2.2. RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2025, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$ 12.186,3 milhões, o que representa 79,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, um aumento de 7,0% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$ 3.180,2 milhões, ou 20,7% da receita líquida consolidada, uma redução de 19,4% em relação a 2024.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

Receita Operacional Líquida *	2025		2024	
Rodas	12.186.316	79,3%	11.386.748	74,3%
Componentes Estruturais	3.180.221	20,7%	3.945.065	25,7%
Total	15.366.537	100,0%	15.331.813	100,0%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A margem EBITDA da Companhia, em 2025, foi impactada pela queda significativa nos volumes de produção de veículos comerciais na América do Norte, o que fez com que a Companhia incorresse em gastos de reestruturação para adequar a estrutura operacional ao nível atual de demanda nessa região, garantindo maior eficiência e alinhamento da capacidade produtiva às condições de mercado.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da queda significativa de volume identificada nos veículos comerciais na América do Norte e no Brasil, a Companhia demonstrou capacidade no ajuste de preços e melhoria na eficiência operacional, reportando uma receita líquida em linha com o ano anterior mesmo com volumes menores.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Apesar da apreciação dos preços globais das matérias-primas (alumínio e aço) durante o ano de 2025, a melhor precificação dos produtos, com repasse dos custos inflacionários contribuíram para uma receita em linha com o ano anterior apesar do menor volume em veículos comerciais na América do Norte e no Brasil.

Em 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 578,2 milhões, representando uma deterioração de 32,8% em comparação com 2024. A variação é decorrente da redução das receitas financeiras e do aumento da despesa de variação cambial.

	2025	2024
Receitas Financeiras	135.659	220.456
Despesas Financeiras	(660.432)	(641.289)
Variação Cambial Líquida	(53.503)	(14.740)
Resultado Financeiro	(578.276)	(435.573)

Valores em R\$ mil

2.3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis em 2025, assim como não ocorreram mudanças pela adoção de normas novas ou revisadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.4. EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores informam que, conforme contrato de compra e venda firmado em 3 de novembro de 2025, a controlada direta da Companhia Iochpe-Maxion Austria Gmbh adquiriu 50,1% do capital social da Polimetal S.A., uma sociedade anônima com sede na Província de San Luis, Argentina, fabricante de rodas de alumínio para veículos leves.

O valor da transação foi de US\$ 13.500 mil, a ser pago da seguinte forma: (i) US\$ 3.000 mil foram pagos na data do fechamento da transação; (ii) US\$ 3.000 mil será pago até novembro de 2026; e (iii) os US\$ 7.500 mil remanescentes serão pagos de forma parcelada nos termos do contrato de compra e venda de ações. O valor total do investimento na Polimetal registrado pela Companhia foi de R\$ 72.594 mil. Para mais informações acerca dessa aquisição, vide item 2.10 “b” deste Anexo.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil/IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 totalizou os montantes de R\$ 1.493,4 milhões e R\$ 1.524,1 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 9,7% e 9,9%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros passivos do circulante e não circulante contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Os índices Endividamento Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram 2,65x e 2,39x, respectivamente.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2025	2024
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	98.383	264.719
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	118.751	115.365
Imp. de Renda / Contrib. Social	146.504	205.379
Resultado Financeiro	578.276	435.573
Depreciação / Amortização	551.539	503.035
EBITDA	1.493.453	1.524.071

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	356.196	614.709
Instrumentos financeiros	1.023	235
Total Passivo Circulante	357.219	614.944
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.275.350	5.774.050
Total passivo Não Circulante	5.275.350	5.774.050
Caixa e equivalente de caixa	1.599.733	2.463.475
Instrumentos Financeiros	28.669	43.488
Total Ativo Circulante	1.628.402	2.506.963
Instrumentos Financeiros	45.656	244.805
Total Ativo Não Circulante	45.656	244.805
EBITDA	1.493.453	1.524.071
Endividamento	2,65	2,39

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

Conforme inicialmente divulgado no relatório da administração e nas notas explicativas às informações financeiras da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2022, em junho daquele ano as instalações da Maxon Wheels Holding GmbH (controlada indireta da Companhia), em Königswinter, Alemanha, foram inspecionadas pela autoridade antitruste alemã (Bundeskartellamt – “BKartA”) no contexto de uma investigação sobre suspeita de não conformidade com as leis concorrenciais relacionada a venda de rodas de alumínio para veículos leves.

Desde então, a controlada vem cooperando com a referida autoridade, com o suporte de assessores jurídicos externos, que auxiliaram a Companhia na condução de investigação interna.

Em janeiro de 2026, a Maxon Wheels Holding GmbH recebeu notificação formal do BKartA alegando não conformidade com certas regras concorrenciais aplicáveis relacionadas à venda de rodas de alumínio para veículos leves durante um determinado período limitado.

Com base na avaliação da administração sobre os fatos e circunstâncias disponíveis na data de reporte e após consulta aos assessores jurídicos externos, a Companhia observa que poderá haver saída de recursos, a depender do desfecho do processo; entretanto, nesta etapa, a Companhia não consegue fazer uma estimativa confiável do potencial efeito financeiro.

A notificação não implica prejuízo ao resultado final do processo administrativo. O arcabouço regulatório aplicável admite ampla variação de desfechos possíveis, e não houve, até o momento, indicação pela autoridade acerca do nível de potencial penalidade. Adicionalmente, não há precedentes de aplicação comparáveis que forneçam base confiável para mensuração. Trata-se de processo administrativo ainda em andamento de caráter não público, permanecendo incerto quanto ao seu prazo e resultado.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), não foi reconhecida provisão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e o assunto é divulgado como passivo contingente. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e o reavaliará à medida que novas informações se tornem disponíveis.

2.7. DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê, ainda, a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos produtivos (bens do ativo permanente) e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto.

Para fins da destinação de resultados mencionada acima, considera-se o lucro líquido ajustado correspondente ao lucro líquido do exercício mais a depreciação realizada no patrimônio líquido da Companhia sobre a reavaliação de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), resultante da adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB no Brasil.

Adicionalmente, o referido Estatuto Social prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, não tendo, portanto, havido retenção de lucros com base em orçamento de capital no último exercício social.

Conforme previsto nesta Proposta, os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2025
Reserva legal	5.030
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	58.343
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício.

O referido Estatuto Social prevê, ainda, que poderá ser distribuído como dividendo suplementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Para fins da destinação de resultados acima mencionada, considera-se o lucro líquido ajustado correspondente ao lucro líquido do exercício mais a depreciação realizada no patrimônio líquido da Companhia sobre a reavaliação de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), resultante da adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB no Brasil.

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Conforme previsto nesta Proposta, os dividendos distribuídos como parte da destinação do resultado do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2025
Dividendo obrigatório (por meio de JCP)	37.219
Percentual em relação aos lucros totais declarados	37,0%

Conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2026, será submetida à assembleia geral ordinária da Companhia de 2026, a proposta da Diretoria para destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo a destinação de R\$ 37.219 mil a título de dividendo obrigatório, o qual já foi integralmente distribuído aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2025, tomados pelo valor líquido de IRRF, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia.

O valor bruto dos JCP declarados na referida reunião foi de R\$ 46.000 mil, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,3071381 por ação, os quais sofreram retenção do imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

O montante remanescente dos referidos JCP declarados pelo Conselho de Administração em 2025, que excedeu o valor imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2025, foi apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos da política de destinação de resultados da Companhia, tanto na elaboração da proposta de destinação do resultado do exercício social quanto na decisão de distribuição de dividendos e JCP, os órgãos de administração da Companhia devem levar em consideração diversos fatores, tais como as premissas constantes do plano estratégico de negócios e orçamento da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais, disponibilidade e capacidade de geração de caixa, necessidade de realização de investimentos, manutenção e expansão da capacidade produtiva, perspectivas dos mercados de atuação atuais e potenciais e outras oportunidades de investimento. Também devem ser observadas as cláusulas contratuais vigentes na época que eventualmente limitem ou restrinjam a distribuição de dividendos e/ou JCP pela Companhia.

Sempre que possível, observado o disposto no parágrafo anterior, buscar-se-á que a Companhia distribua proventos aos acionistas, na forma de dividendos e/ou JCP, com periodicidade semestral, preferencialmente entre os meses de março e abril e entre os meses de setembro e outubro de cada ano. Adicionalmente, a Companhia deve priorizar o formato de distribuição disponível nos termos da legislação em vigor que ofereça a maior eficiência financeira e operacional para a Companhia.

Conforme previsto nesta Proposta, a data de corte que identifica os acionistas que fazem jus ao recebimento dos JCP aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2025 é 03 de outubro de 2025, tendo as ações de emissão da Companhia passado a serem negociadas na condição de "ex" provento a partir de 06 de outubro de 2025, inclusive. O pagamento dos referidos JCP será realizado em 02 de abril de 2026, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2026.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de décima terceira, décima quarta, décima quinta e décima sexta emissões. As escrituras de

debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o índice financeiro resultante da divisão do endividamento líquido na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (*"Sustainability-Linked Notes Units"*), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de destinação de resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 25 de setembro de 2019 e revista, pelo referido órgão, em 22 de maio de 2024.

Tal política encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

2.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

(iii) Contratos de construção não terminada

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Este item 2.8 não se aplica, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;
- b) natureza e o propósito da operação;
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois, conforme mencionado no item 2.8, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. PLANOS DE NEGÓCIOS

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2025 totalizaram R\$ 554,0 milhões e foram principalmente relacionados à finalização da ampliação da capacidade produtiva da categoria de veículos comerciais na América do Norte e da construção da fábrica de rodas de alumínio forjadas para veículos comerciais na Europa.

Para esses investimentos, a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme contrato de compra e venda firmado em 3 de novembro de 2025, a controlada direta da Companhia Iochpe-Maxion Austria GmbH ("IMA") adquiriu 50,1% do capital social da Polimetal S.A. ("Polimetal"), uma sociedade anônima com sede na Província de San Luis, Argentina, fabricante de rodas de alumínio para veículos leves.

O valor da transação foi de US\$ 13.500 mil a ser pago da seguinte forma: (i) US\$ 3.000 mil foram pagos na data do fechamento da transação; (ii) US\$ 3.000 mil serão pagos até novembro de 2026; e (iii) os US\$ 7.500 mil remanescentes serão pagos de forma parcelada nos termos do contrato de compra e venda de ações.

A referida operação foi submetida ao órgão de defesa da concorrência da Argentina, no prazo e forma assinalados pela legislação aplicável daquele país, o qual adota o regime de notificação pós-consumação (*postclosing*), e encontra-se sob análise do referido órgão. Até a aprovação da operação pelo referido órgão, IMA e as acionistas locais remanescentes exercerão o controle compartilhado da Polimetal, nos termos do

acordo de acionistas celebrado entre as partes. Atendida tal condição, a Companhia, por meio da IMA, passará a controlar e consolidar a Polimetal em suas demonstrações financeiras consolidadas.

A aquisição impulsionará a expansão das operações da Polimetal na Argentina, fortalecendo sua capacidade de atender à crescente demanda por conteúdo local.

A iniciativa está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia e reforça seu compromisso com o crescimento sustentável, a excelência no atendimento aos clientes e a expansão em mercados estratégicos, além de fortalecer sua presença no segmento de rodas de alumínio na América do Sul, ampliar a capacidade produtiva e consolidar seu posicionamento junto às montadoras (OEMs) da região.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido, destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- *Maxion Bionic*: conceito de rodas de aço de tamanho grande. Mais estilo em tamanhos de aros maiores.
- *Ultra-Low CO2 Steel Wheel*: rodas de aço para veículos leves com a utilização de aço “verde”. Redução de mais de 60% em emissões quando comparado com uma roda comum de aço.
- *Ultra-Low CO2 Aluminum Wheel*: rodas de alumínio para veículos leves. Utilização de alumínio reciclado com redução de mais de 60% de emissões quando comparado com uma roda comum de alumínio.
- *Maxion Fusion*: conceito de roda que combina disco de aço e aro de alumínio através do desenvolvimento de uma tecnologia de encaixe desenvolvido pela Companhia.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2025, foi de R\$ 240,7 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui um plano de transição denominado “Road Map Zero”, que objetiva o atingimento de emissões líquidas zero, com metas de curto e longo prazo para redução da intensidade das emissões de CO₂. Este plano, assim como suas metas, está alinhado ao Acordo de Paris, que estabelece um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais.

Em 2025, a Companhia atingiu uma redução de aproximadamente 40% de intensidade de emissão de Gases de Efeito estufa (Escopo 1 e 2) e, no que tange ao consumo de energia elétrica, alcançou aproximadamente 79% de uso de fontes renováveis, em comparação ao ano base de 2019. Em continuidade aos nossos compromissos com a sustentabilidade em nossos negócios, a Companhia manteve-se na carteira do Índice de sustentabilidade empresarial – ISE e do Índice Carbono Eficiente – ICO₂, ambos da B3. Adicionalmente, pela primeira vez, a Companhia atingiu a nota “A” na avaliação do *Carbon Disclosure Project* – CDP, demonstrando o avanço de suas práticas e governança.

Através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

2.11. OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO II – Informações do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22

Seguem abaixo as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22:

Todas as informações estão disponibilizadas em milhares de reais, exceto quando mencionado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 98.383.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 37.219, integralmente distribuído aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) aprovados pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de setembro de 2025, tomados pelo seu valor líquido de IRRF, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia.

Data da Declaração	Dividendo / JCP	Data “ex” Proventos	Valor Total Líquido R\$ mil	Valor Total Bruto R\$ mil	Total Ações (-) Tesouraria	Valor por Ação ⁽¹⁾ R\$
29/09/2025	JCP	06/10/2025	42.188	46.000	149.769.774	0,3071381
	Dividendos obrigatórios			37.219	---	0,2485081
	Saldo remanescente			8.791	---	0,0586300

⁽¹⁾ Calculado com base no valor total bruto

O montante remanescente dos juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração em 2025 que excedeu o valor imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2025 foi apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme indicado abaixo.

Não houve dividendos antecipados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor distribuído equivale a 37% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Para fins de cálculo do referido percentual, considera-se o lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, conforme indicado no item 10(a) abaixo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

O montante remanescente dos juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração em 2025 que excedeu o valor imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2025 foi apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme indicado abaixo.

Data da Declaração	Dividendo / JCP	Data "ex" Proventos	Valor Total Líquido R\$ mil	Valor Total Bruto R\$ mil	Total Ações (-) Tesouraria	Valor por Ação ⁽¹⁾ R\$
29/09/2025	JCP	06/10/2025	42.188	46.000	149.769.774	0,3071381
	Dividendos obrigatórios			37.219	---	0,2485081
	Saldo remanescente			8.781	---	0,0586300

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável. Não há proposta de distribuição adicional de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício social de 2025 a ser submetida à Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável. Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido do exercício*	Lucro p/ ação
2025	98.383	0,65689
2024	264.719	1,76635
2023	30.733	0,20415
2022	278.933	1,83996

* valores em R\$ mil

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendos/JCP *	Dividendos/JCP p/ ação
2024	99.343	0,6633
2023	13.133	0,0875
2022	105.223	0,6954

* valores em R\$ mil

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 5.030.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído do exercício, não excedendo 20% do capital social.

Considerando o lucro líquido apurado em 2025 de R\$ 98.383 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do exercício de 2025 no valor de R\$ 2.209, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva legal é de R\$ 100.592.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O estatuto da Companhia prevê como dividendo obrigatório o pagamento de 37% do lucro líquido do exercício, apurado conforme os termos da Lei nº 6.404/76.

Para fins de cálculo do referido percentual, considera-se o lucro líquido ajustado correspondente ao lucro líquido do exercício mais a depreciação realizada no patrimônio líquido da Companhia sobre a reavaliação de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), resultante da adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB no Brasil.

Considerando o lucro líquido apurado em 2025 de R\$ 98.383 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do exercício de 2025 no valor de R\$ 2.209, o lucro líquido ajustado para cálculo

do dividendo obrigatório é de R\$ 100.592.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas. A reserva será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária é de R\$ 58.343.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado considerando 58% do lucro líquido ajustado do exercício (R\$ 100.592), o qual é apurado através do lucro líquido do exercício (R\$ 98.383) acrescido da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos (R\$ 2.209).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO III – Informações relativas ao candidato a membro do Conselho de Administração

Seguem abaixo as informações indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativas ao candidato a membro titular do Conselho de Administração, na forma da regulamentação em vigor, conforme descrito no item III desta Proposta:

1. Em relação ao candidato a membro do Conselho de Administração, informar (Item 7.3 do Formulário de Referência):

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Salomão Ioschpe
Data de Nascimento	09/04/1963
Profissão	Dirigente de empresas
CPF	400.517.220-20
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	29/10/2025
Data de Posse	29/10/2025
Prazo do Mandato	Até a primeira assembleia geral que ocorrer após data de sua eleição
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	29/10/2025

Demais Informações:

Formado em Economia, Finanças e Estudos Políticos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris - *Sciences-Po (Institut d'Etudes Politiques, IEP em francês)* em 1989 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Case Western Reserve University (EUA)* em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro titular do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde outubro/2025 (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. de 2004 até outubro/2025 (setor de

atividade: autopeças); (iii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2021 (setor de atividade: companhia *holding* de investimentos financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iv) Sócio-Diretor da BMA Gestão Empresarial Eireli desde 2019 (setor de atividade: consultoria de gestão). Também é, atualmente, membro do Conselho Curador da Fundação Iochpe, membro do *Board of Governors* do *Technion Israel Institute of Technology*, e Diretor-Presidente da Associação de Amigos do *Technion*. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Salomão Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Salomão Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

2. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos que são membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários (Item 7.4 do Formulário de Referência):

Não aplicável, uma vez que o Sr. Salomão Ioschpe não é membro de nenhum dos comitês acima mencionados.

3. Informação sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor (Item 7.5 do Formulário de Referência):

Administrador do emissor ou controlada	CPF	Nome do emissor ou controlada	CNPJ	Pessoa Relacionada	Parentesco
Salomão Ioschpe (Candidato a membro titular do CA)	400.517.220-20	Ioschpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Dan Ioschpe (Membro titular do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)

4. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor, com exceção daquelas que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas (Item 7.6 do Formulário de Referência):

Não aplicável.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO IV – Informações sobre remuneração da Administração

Seguem abaixo as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência:

8.1. POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos interesses dos referidos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente a Política de Remuneração da Administração da Companhia, a qual foi revisada em 26 de agosto de 2020 e em 23 de abril de 2025, com o fim de estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, consequentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva (diretores estatutários) e do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento desse órgão, estatutários ou não. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto exclusivamente por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração (i) juntamente com o Diretor Presidente da Companhia, delibera a respeito da remuneração dos diretores não estatutários, e (ii) apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva).

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Periodicamente, é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva, que busca identificar as práticas e valores de remuneração de empresas de mesmo porte e setores de atuação similares à Companhia. O resultado dessa pesquisa é levado em consideração para fins de fixação e reajuste da remuneração individual. Eventualmente, podem ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, visando a tornar ainda mais precisa a análise. O grupo de empresas que constitui a amostra para a pesquisa é definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (diretores estatutários), o referido Comitê faz a recomendação dos ajustes, recomendação esta que é submetida à deliberação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, o Conselho de Administração avaliam a adequação da política de remuneração da Companhia bianualmente, levando em consideração as práticas de mercado verificadas nas pesquisas mencionadas no item anterior.

c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia busca o alinhamento das suas práticas de remuneração aos seus interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos seus negócios. Assim, a remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, no que a Companhia, com base nas melhores práticas do mercado, entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e de médio e longo prazos (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivo de longo prazo não são baseadas na outorga de ações de emissão da Companhia; trata-se da outorga de prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, conforme detalhado no item 8.4 deste Anexo, visando assegurar o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a uma remuneração mensal fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração mensal fixa pode ainda ser acrescida em 30% dos honorários fixos, para o conselheiro que participa de um dos comitês de assessoramento, ou em 50% dos honorários fixos, para o conselheiro que participa de dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, consequentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a nenhum benefício pós-emprego.

A remuneração mensal fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os diretores, estatutários ou não, fazem jus a uma remuneração mensal fixa, a qual também é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Como parte da remuneração mensal fixa, a Companhia pode ainda conceder aos diretores benefícios diretos e indiretos, que dependerão de sua localidade, tais como: vale refeição, seguro de vida e/ou para acidentes pessoais, plano de saúde, plano odontológico, automóvel, combustível e auxílio previdência (quando plano de previdência privada complementar não estiver disponível), sempre compatíveis com o mercado e alinhados à estratégia de remuneração total da Companhia.

A remuneração mensal fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa de remuneração específica, sendo também levadas em consideração a performance do executivo e suas metas individuais.

Os diretores também fazem jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos por outras empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia, ou outro mecanismo visando a complementação de aposentadoria (e.g., auxílio previdência).

Os diretores fazem jus ainda a uma remuneração variável. Como parte dessa remuneração, há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas, financeiras e não financeiras, estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é avaliada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está vinculada ao desempenho da Companhia em métricas financeiras, tais como, lucro líquido, lucro antes

de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA), fluxo de caixa livre, capital de giro e retorno sobre o capital investido da Companhia (“Return On Invested Capital” ou “ROIC”), bem como em métricas de sustentabilidade, apuradas anualmente pela Companhia.

No ciclo anual do planejamento do plano de negócios da Companhia, são definidos as metas e os desafios para os anos subsequentes, os quais, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas de desempenho (financeiras e não financeiras) para as operações de negócios e unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia. Havendo o cumprimento das metas traçadas para o ano, os diretores fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual certos executivos da Companhia são elegíveis a prêmios em dinheiro, denominados Restricted Stock Units (“RSU”) e Performance Share (“PS”), referenciados no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, cujas características estão detalhadas no item 8.4 deste Anexo. A estratégia desse elemento da remuneração reforça o alinhamento dos interesses dos executivos da Companhia e seus acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento dos prêmios outorgados no âmbito do plano ao decurso do prazo de carência/permanência na Companhia e, no caso da PS, ao atingimento de metas de ROIC.

O objetivo do plano de incentivo de longo prazo é reter seus beneficiários e atrair novos talentos, fomentando a permanência do executivo na Companhia por um período mais longo (2 a 4 anos), além de recompensá-lo pelo resultado atingido de acordo com metas estabelecidas.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá, ouvido o Comitê de Nomeação e Remuneração e tomando em consideração o plano de sucessão da liderança da Companhia, estabelecer plano especial de retenção para um ou mais dos diretores, inclusive mediante mecanismo de remuneração em caso de desligamento do cargo, compatível com criação de valor e com a gestão de risco no longo prazo. Tal plano poderá prever elementos de remuneração fixos e/ou variáveis e estar atrelado ao alcance de metas específicas (quantitativas e/ou qualitativas) e obrigações condicionais, com o objetivo de motivar e buscar a permanência de tais executivos na Companhia por determinado período, sempre alinhado aos interesses da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação

nos lucros distribuídos aos diretores estatutários. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita para esse órgão neste item 8.1(c)(i), a qual prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Proporção de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31/dez/2025	Conselho de Administração	Diretoria	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	66,813681%	100,000000%	0,000000%
Salário ou pró-labore	71,685750%	47,442684%	100,000000%	0,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,454102%	13,072339%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	18,860148%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	6,298658%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	3,113248%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	3,113248%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%

Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	1,208220%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	24,689964%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	4,174886%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	0,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	49,397813%	100,000000%	0,000000%
Salário ou pró-labore	70,084511%	45,888109%	100,000000%	0,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,698803%	3,509704%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	20,216686%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	29,826140%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	29,826140%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,294281%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	8,052247%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	10,429518%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	47,233354%	100,000000%	0,000000%
Salário ou pró-labore	70,309151%	43,347975%	100,000000%	0,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,409423%	3,885379%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	20,281425%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	41,368210%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	41,368210%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,629316%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	8,769121%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	0,000000%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa à atração e à retenção de profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. REMUNERAÇÃO TOTAL POR ÓRGÃO

Remuneração total prevista para o exercício social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.068.734,92	12.831.733,91	1.283.173,39	20.183.642,22
Benefícios direto e indireto	623.454,00	4.933.776,52	0,00	5.557.230,52
Participações em comitês	1.324.087,63	0,00	0,00	1.324.087,63
Outros	0,00	1.884.878,05	0,00	1.884.878,05
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Presidente nos termos do item 8.20 do Formulário de Referência	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.538.217,07	0,00	13.538.217,07
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Outros				
Pós-emprego	0,00	241.694,01	0,00	241.694,01
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.553.423,90	0,00	3.553.423,90
Observação	N/A	N/A	N/A	
Total da remuneração	8.016.276,54	36.983.723,46	1.283.173,39	46.283.173,39

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	0,00	13,00
Esclarecimento			Não houve Conselho Fiscal instalado em 2025	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.461.969,50	10.696.223,81	0,00	16.158.193,31
Benefícios direto e indireto	720.338,64	2.947.233,41	0,00	3.667.572,05
Participações em comitês	1.437.015,74	0,00	0,00	1.437.015,74
Outros	0,00	1.420.068,29	0,00	1.420.068,29
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Presidente nos termos do item 8.20 do Formulário de Referência.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	701.899,61	0,00	701.899,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Outros				
Pós-emprego	0,00	272.400,16	0,00	272.400,16
Cessação do cargo	0,00	5.566.493,28	0,00	5.566.493,28
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	941.251,82	0,00	941.251,82
Observação				
Total da remuneração	7.619.323,88	22.545.570,38	0,00	30.164.894,26

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	0,00	13,00
Esclarecimento			Não houve Conselho Fiscal instalado em 2024	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.112.830,00	7.667.724,00	0,00	12.780.554,00
Benefícios direto e indireto	657.896,00	586.458,00	0,00	1.244.354,00
Participações em comitês	1.371.352,00	0,00	0,00	1.371.352,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.983.832,00	0,00	4.983.832,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Outros				
Pós-emprego	0,00	383.365,00	0,00	383.365,00
Cessação do cargo	0,00	1.345.499,00	0,00	1.345.499,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.742.732,00	0,00	1.742.732,00
Observação				
Total da remuneração	7.142.078,00	16.709.610,00	0,00	23.851.688,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,67	0,00	12,67
Nº de membros remunerados	9,00	3,67	0,00	12,67
Esclarecimento			Não houve Conselho Fiscal instalado em 2023	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.894.021,00	6.066.308,00	0,00	10.960.329,00
Benefícios direto e indireto	608.999,00	543.737,00	0,00	1.152.736,00
Participações em comitês	1.312.660,00	0,00	0,00	1.312.660,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.726.514,00	0,00	2.726.514,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Outros				
Pós-emprego	0,00	367.958,00	0,00	367.958,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.227.190,00	0,00	1.227.190,00
Observação				
Total da remuneração	6.815.680,00	10.931.707,00	0,00	17.747.387,00

8.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a uma remuneração variável	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.802.093,03	0,00	5.802.093,03
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.538.217,07	0,00	13.538.217,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	9.670.155,05	0,00	9.670.155,05
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável		Não houve Conselho Fiscal instalado em 2025.	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.252.275,84	0,00	2.252.275,84
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.255.310,28	0,00	5.255.310,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	3.753.793,06	0,00	3.753.793,06
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	701.899,61	0,00	701.899,61
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável		Não houve Conselho Fiscal instalado em 2024.	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.641.296,00	0,00	2.641.296,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.163.024,00	0,00	6.163.024,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	4.402.160,00	0,00	4.402.160,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4.983.832,00	0,00	4.983.832,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,67	0,00	12,67
Nº de membros remunerados	0,00	3,67	0,00	3,67
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável		Não houve Conselho Fiscal instalado em 2023.	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.945.716,00	0,00	2.945.716,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.100.527,00	0,00	8.100.527,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	4.909.526,00	0,00	4.909.526,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.726.514,00	0,00	2.726.514,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Conforme indicado no item 8.1(c)(i) deste Anexo, o Conselho de Administração não faz jus a nenhum plano de remuneração baseado em ações.

A Diretoria estatutária faz jus a um plano de remuneração baseado em ações (Plano de Incentivo de Longo Prazo), conforme descrito a seguir:

a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”) da Companhia prevê a outorga a determinados executivos da Companhia de prêmios em dinheiro, denominados, para fins do Plano ILP, Restricted Stock Unit (“RSU”) e Performance Share (“PS”), referenciados na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, e (ii) no caso da PS, condicionado ao atingimento de meta baseada no retorno sobre capital investido na Companhia (“Return Over Invested Capital” ou “ROIC”), observadas as condições gerais do referido plano.

São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano ILP, com amplos poderes para sua organização.

De acordo com os termos do Plano ILP, o Conselho de Administração criará, periodicamente, programas no âmbito do Plano ILP e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número de RSUs e PSs a que o beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento dos RSUs e PSs; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano ILP.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano ILP da Companhia foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2016, tendo sido alterado por esse mesmo órgão em 29 de janeiro de 2020 e 26 de agosto de 2020.

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia; trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano ILP não envolve outorga de opções.

e) condições de aquisição de ações

O Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia; trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4. São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração, levando em consideração os planos estratégicos da Companhia.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No momento da outorga, a quantidade das RSUs e PSs será fixada da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada beneficiário, um fator ("Fator Referencial") que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do beneficiário, será dividido pelo preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos últimos 20 pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em duas partes, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração para cada programa, sendo que a primeira parte será o número de RSUs a que o beneficiário fará jus e, a segunda parte, o número de PSs.

O Fator Referencial relativo aos diretores estatutários da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se, ainda, o montante global da remuneração da administração estabelecido pela assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia.

No momento da liquidação, o montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

O montante a ser pago ao beneficiário por cada PS liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

De forma a alinhar a performance dos executivos aos resultados da Companhia no longo prazo, o Plano ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu segundo, terceiro e quarto aniversários, respectivamente.

Por sua vez, as PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu quarto aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão estabelecidos pelo Conselho de Administração nos respectivos programas.

h) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs será realizado pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia; trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano ILP. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do Plano ILP, poderá a seu critério alterar ou extinguir o referido plano. O Plano ILP tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2016.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e a data de liquidação aplicável.

8.5. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES (OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES)

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	N/A
Esclarecimento	Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	N/A
Esclarecimento	Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	N/A
Esclarecimento	Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	N/A
Esclarecimento	Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.7. OPÇÃO EM ABERTO

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.8. OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.9. DILUIÇÃO POTENCIAL POR OUTORGA DE AÇÕES

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. OUTORGA DE AÇÕES

Conforme descrito no item 8.4 deste Anexo, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2026)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4
Nº total de membros remunerados	-	4
Data de outorga	-	24/02/2026
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	556.670
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	9,90
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	5.511.033

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº total de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	29/01/2025
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	510.586
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,32
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	5.779.834

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº total de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	31/01/2024
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	258.876
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	12,37
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	3.202.296

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	3,67
Nº total de membros remunerados	-	3,67
Data de outorga	-	01/02/2023
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	252.466
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.822.573

8.11. AÇÕES ENTREGUES

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4
Nº de membros remunerados	0,00	4
Nº de ações	0	240.261
Preço médio ponderado de aquisição	0	13,17
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	14,19
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	- 245.066,22
Esclarecimento	O órgão não faz jus à remuneração baseada em ações.	

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Nº de ações	0	82.365
Preço médio ponderado de aquisição	0	18,47
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	12,90
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	458.773,05
Esclarecimento	O órgão não faz jus à remuneração baseada em ações.	

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3,67
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Nº de ações	0	79.825
Preço médio ponderado de aquisição	0	20,48
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	11,21
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	739.977,75
Esclarecimento	O órgão não faz jus à remuneração baseada em ações.	

8.12. PRECIFICAÇÃO DAS AÇÕES/OPÇÕES

a) Modelo de precificação

O modelo de precificação está detalhado no item 8.4 deste Anexo.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ÓRGÃO

Órgão	Quantidade de ações de emissão da Companhia	% do capital social da Companhia
Conselho de Administração	11.076.105	7,21%
Diretoria Estatutária	1.726	0,00%
Total	11.077.831	7,21%

8.14. PLANOS DE PREVIDÊNCIA

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	9,00	4
Número de membros remunerados	-	3
Nome do plano	-	BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	2.784.252,71
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	272.400,16
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

8.15. REMUNERAÇÃO MÍNIMA, MÉDIA E MÁXIMA

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,00	4,00	3,67	9,00	9,00	9,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,67	9,00	9,00	9,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	10.821.805,13*	8.599.684,00	5.988.527,00	1.617.882,98	1.609.540,00	1.535.284,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	1.849.265,45	1.925.052,00	1.413.677,00	658.879,48**	457.594,00	438.189,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	5.636.392,59	4.177.403,00	2.981.375,00	846.591,54	793.564,00	757.298,00	0,00	0,00	0,00

*O membro exerceu por 8,5 meses suas funções na entidade.

**O valor da menor remuneração média anual foi apurado com exclusão de membros que tenham exercido cargo por menos de 12 meses.

8.16. MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO/INDENIZAÇÃO

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, salvo pelo disposto a seguir:

- Em agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Sr. Marcos S. de Oliveira, então Diretor Presidente da Companhia. O referido plano de retenção, estruturado como incentivo de longo prazo, previa pagamento de bônus em hipótese de desligamento do referido executivo do cargo de Diretor Presidente, por iniciativa do Conselho. Em razão do desligamento do Sr. Marcos S. Oliveira do cargo de Diretor Presidente ocorrido em 16 de abril de 2025, por término do seu mandato sem recondução, o referido executivo passou a fazer jus ao valor correspondente a 400.000 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20 pregões anteriores à data do desligamento, parte dele a ser pago de forma parcelada, sujeito ainda à condição de que seja cumprido pelo referido executivo compromisso de não concorrência, nos termos do referido Plano Especial de Retenção.
- Durante os primeiros dez anos contados a partir de 16 de abril de 2025, caso o Sr. Petrus Wilhelmus Maria Klinkers (Pieter Klinkers) seja destituído do cargo de Diretor Presidente, ou não seja reconduzido ao cargo, sem que lhe seja concedido o aviso prévio mínimo pactuado, que poderá variar de 12 a 2 meses, a depender do momento da cessação do cargo, o referido executivo fará jus ao pagamento de indenização cujo montante máximo poderá corresponder a 12 vezes a sua remuneração mensal então vigente, a depender da data da cessação do cargo e do efetivo aviso prévio concedido.

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O). O valor do prêmio do seguro é de US\$ 44,8 mil e o limite da apólice é de US\$ 30,0 milhões.

8.17. PERCENTUAL PARTES RELACIONADAS NA REMUNERAÇÃO

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável. A Companhia não possui acionista controlador.

8.18. REMUNERAÇÃO DE OUTRAS FUNÇÕES

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. REMUNERAÇÃO RECONHECIDA DO CONTROLADOR/CONTROLADA

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, em função do exercício de tais cargos na Companhia. A Companhia não possui acionista controlador.

Em relação à remuneração não relacionada ao exercício do cargo na Companhia, informa-se o seguinte:

Exercício social corrente (2026)

	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	1.415 ⁽¹⁾	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em milhares de reais

⁽¹⁾ Refere-se a RSUs e PSs referentes a programas do Plano ILP de períodos anteriores enquanto era administrador de controlada da Companhia, portanto, não relacionadas ao exercício do cargo na Companhia.

Exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	4.356 ⁽¹⁾	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em milhares de reais

⁽¹⁾ Refere-se a remuneração variável de curto prazo, bem como RSUs e PSs referentes a programas do Plano ILP de períodos anteriores, todas enquanto era administrador de controlada da Companhia, portanto, não relacionadas ao exercício do cargo na Companhia.

8.20. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Sr. Petrus Wilhelmus Maria Klinkers (Pieter Klinkers), então diretor presidente da Maxion Wheels desde março de 2015, o qual assumiu o cargo de Diretor Presidente da Companhia a partir de 16 de abril de 2025. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago, em dinheiro, condicionado à permanência do executivo na Companhia por determinado período mínimo, sendo certo que caso o desligamento ocorra de forma antecipada por deliberação do Conselho de Administração, sem justa causa, o referido executivo fará jus a um valor parcial do referido bônus. O valor máximo do referido plano de retenção será de € 1,0 milhão, com aquisição escalonada de direitos (*vesting*) em 31 de dezembro de 2026, 2027 e 2028, sendo 50% do referido montante ainda condicionado ao cumprimento das metas de ROIC fixadas pelo Conselho de Administração.

* * * * *